

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2003**

**(Do Sr. Reinaldo Betão)**

Autoriza a quitação de financiamentos imobiliários com precatórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os financiamentos imobiliários, ainda que em estado de inadimplência, concedidos pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH ou do Sistema Financeiro Imobiliário – SFI, poderão ser amortizados ou liquidados pelos respectivos devedores mediante a utilização de precatórios decorrentes de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional, emitidos originalmente em seu favor ou adquiridos de terceiros.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A indústria da construção civil, como é notório, é uma atividade que contribui de maneira inestimável para a nossa economia, pela sua capacidade de gerar empregos, ocupados, na sua quase totalidade, por mão-de-obra não qualificada, mas, principalmente, porque encontra-se disseminada do

ponto de vista geográfico, sendo importante compradora, no mercado interno, de bens e serviços de quase todas as outras atividades de negócios.

Portanto, incentivar esse ramo deve se constituir em preocupação permanente das autoridades.

Nesse sentido, entendemos que facilitar o retorno dos recursos emprestados ao setor pelos agentes financeiros é uma boa medida, pois significa dinamizar os negócios dessa atividade de maneira geral, pela possibilidade desses recursos virem a ser reaplicados em novos investimentos, com ganhos para toda a sociedade.

É o que pretendemos com este nosso projeto de lei. No caso, os financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do SFH e do SFI, ainda que em situação de inadimplência, poderiam ser quitados ou amortizados com precatórios decorrentes de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional, o que se constituiria, também, em uma alternativa de liquidez para os detentores desses créditos, hoje sem qualquer perspectiva de recebimento.

A caixa Econômica Federal, por sua vez, também sem prejuízo, como uma das alternativas, poderia utilizar os precatórios que eventualmente recebesse na administração de seus interesses patrimoniais junto à União.

Contamos com o apoio de nossos pares para esta proposição.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003 .

Deputado REINALDO BETÃO